



Câmara Municipal de Mandaguáçu

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 6ª Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2025 - 2028) Legislatura

Identificação Básica

Tipo de Sessão: Ordinária
Abertura: 16/03/2026 - 18:00
Encerramento: 16/03/2026 - 20:07

Correspondências

Expedientes

Abertura da Sessão:

Declaramos iniciados os trabalhos, atendendo o horário designado pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, às dezoito horas, e havendo número legal.

Leitura da Bíblia:

Convidamos o Vereador Mario Francisco da Silva para fazer a leitura de um trecho da Bíblia.

Apreciação da Ata da Sessão Anterior:

Fica aprovada a ata da sessão anterior considerando que não foram solicitadas retificações ou impugnação a mesma.

Leitura das Matérias do Expediente:

Solicitamos à Primeira Secretária, Vereadora Luci Amorim dos Reis, a leitura do sumário dos papéis constantes do Expediente e das proposições encaminhadas a esta Mesa.

Matérias do Expediente

Matéria	Ementa	Situação
1 - Projeto de Lei - Poder Legislativo nº 6 de 2026 Processo: - Autor: Vinicius Vitorette	Declara de Utilidade Pública Municipal o Instituto Atitude Solidária.	Aguardando leitura
2 - Requerimento nº 12 de 2026 Processo: - Autor: Marieldo Amorim	Requer ao Prefeito Municipal informações e esclarecimentos acerca dos terminais rodoviários do Município: planejamento, projeto de reforma, revitalização ou modernização, intenção de mudança de local, previsão de melhorias estruturais.	Aguardando leitura
3 - Requerimento nº 13 de 2026 Processo: - Autor: Vinicius Vitorette	Reitera junto a Secretaria Municipal de Educação, o Requerimento nº 086/2025 datado de 17 de novembro de 2025, solicitando informações detalhadas sobre o Transporte Escolar da Rede Estadual no Município e motoristas.	Aguardando leitura



Câmara Municipal de Mandaguáçu

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 6ª Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2025 - 2028) Legislatura

Matéria	Ementa	Situação
4 - Requerimento nº 14 de 2026 Processo: - Autores: Bi Martellosso, Karina Grossi	Requer ao Prefeito Municipal, com relação a pintura dos nomes das ruas de Mandaguáçu que vem sendo realizada nos postes de iluminação pública, se a Administração obteve autorização da COPEL, informar por qual meio foi realizada a autorização e dentro das possibilidades, encaminhar cópia.	Aguardando leitura
5 - Indicação nº 17 de 2026 Processo: - Autor: Marieldo Amorim	Indica a implantação de cestos coletores de lixo e resíduos nos bueiros das ruas da cidade, com o objetivo de evitar o entupimento das galerias pluviais e determinar um levantamento técnico e promover a reforma e manutenção dos bueiros existentes, que se encontram danificados, deteriorados ou sem estrutura adequada.	Não informada
6 - Indicação nº 18 de 2026 Processo: - Autores: Bi Martellosso, Karina Grossi	Indica viabilizar por meio de estudos respectivos, a concessão de adicional insalubridade aos motoristas do transporte escolar do Município.	Não informada
7 - Indicação nº 19 de 2026 Processo: - Autor: Fernando Souza	Indica providenciar a instalação de bancos no Estádio Maurício Cardoso da Vila Guadiana, junto ao campo de futebol, para acomodar jogadores reservas, equipe técnica e equipe de arbitragem por ocasião da realização de jogos e campeonatos.	Não informada
8 - Instauração de Comissões nº 1 de 2026 Processo: - Autores: Bi Martellosso, Luci Amorim, Marcio Navachi, Mesa Executiva - Mesa Executiva, Vinicius Vitorette	Requer a instauração de Comissão Especial de Estudos para estudos e análises acerca do contrato de pedágio vinculado à EPR e à ANTT, em conjunto com o Governo do Estado, especialmente no que se refere aos impactos diretos e indiretos para o Município de Mandaguáçu.	Não informada
9 - Instauração de Comissões nº 1 de 2026 Processo: - Autores: Bi Martellosso, Luci Amorim, Marcio Navachi, Mesa Executiva - Mesa Executiva, Vinicius Vitorette	Requer a instauração de Comissão Especial de Estudos para estudos e análises acerca do contrato de pedágio vinculado à EPR e à ANTT, em conjunto com o Governo do Estado, especialmente no que se refere aos impactos diretos e indiretos para o Município de Mandaguáçu.	Não informada
10 - Moção nº 1 de 2026 Processo: - Autor: Professor Mario	O Vereador Mario Francisco da Silva requer a Mesa Diretora, propor para deliberação do Plenário, MOÇÃO DE REPÚDIO às declarações proferidas pelo Vereador Rafael da Farmácia, parlamentar da Câmara Municipal de Ibiporã - PR, durante sessão plenária realizada no dia 13 de fevereiro de 2026, bem como que a presente manifestação seja encaminhada oficialmente à Câmara Municipal de Ibiporã, para conhecimento.	Não informada



Câmara Municipal de Mandaguáçu

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 6ª Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2025 - 2028) Legislatura

Matérias da Ordem do Dia

Matéria	Ementa	Situação
1 - Requerimento nº 9 de 2026 Processo: - Autor: Marieldo Amorim	Requer a SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, informações sobre a regularização das calçadas, após as obras de implantação da rede de esgoto no bairro Jardim São Rafael, em Mandaguáçu.	Aguardando a inclusão na ordem do dia
2 - Requerimento nº 10 de 2026 Processo: - Autor: Karina Grossi	Requer ao Prefeito Municipal informações com relação ao terreno adquirido pela Administração para instalação de Pronto Atendimento, nas proximidades do local do Ginásio Abelhão, na Perimetral Ariovaldo Delfino Andrade, em Mandaguáçu: Medida, valor avaliado e valor pago, se houve avaliações de outros terrenos e se já se encontra escriturado.	Aguardando a inclusão na ordem do dia
3 - Requerimento nº 11 de 2026 Processo: - Autores: Bi Martellosso, Karina Grossi, Marieldo Amorim, Professor Mario	Requer ao Prefeito Municipal informar, com a maior brevidade possível, se para o cálculo do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) dos imóveis localizados na Vila Guadiana e no Distrito de Pulinópolis, foi considerada a localização em área verde, como assim classifica àquelas localidades, o mapeamento do geoprocessamento realizado no exercício anterior. Requer também que no caso de não ter sido considerada a área verde, que seja realizada a revisão do IPTU dos imóveis dessas localidades, diante da possibilidade da redução de valores.	Aguardando a inclusão na ordem do dia

Marcio Navachi
Presidente